

**POLÍTICAS CURRICULARES EM
TEMPOS NEGACIONISTAS:
atuações, enfrentamentos e
desafios**

**CURRICULAR POLYTICS IN
DENIALISTS TIMES: actions,
confrontations and challenges**

**POLÍTICAS CURRICULARES EN
TIEMPOS NO DISING: acciones,
confrontaciones y desafíos**

Resumo: O texto apresenta artigos organizados a partir de reflexões, desafios, ressignificações sobre as políticas curriculares atuadas em tempos negacionistas. A indicação inicial sobre a centralidade do currículo no contexto neoconservador e neoliberal norteia as discussões dos autores sobre as possibilidades de Currículos Inclusivos, Violências Epistêmicas, Identidade Brasileira, Perspectivas Decoloniais, Teoria Etnoconstitutiva, Políticas Avaliativas, Centralização Curricular, Cotidianos do Ensino de Educação Física, Educação de Jovens e Adultos em tempos pandêmicos, Jazz e Cinema como possibilidades de novos arranjos curriculares, Reforma do Ensino Médio, Política de Homogeneização Nacional – diversos olhares para a Base Nacional Comum Curricular, além do ensaio sobre a Ocupação do Ensino Remoto para Dinamização Didático-curricular. Espera-se que os textos aqui reunidos contribuam para o debate sobre as políticas curriculares (neo)conservadoras e suas formas de enfrentamento.

Palavras-chave: Políticas Curriculares. Neoconservadorismo. Neoliberalismo.

Recebido em: 18/04/2021
Aceito em: 18/04/2021
Publicação em: 18/04/2021



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.22478/ufpb.1983-
1579.2021v14n1.59121

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Ana Cláudia da Silva Rodrigues

Doutora em Educação

Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

E-mail: anaclaudia@ce.ufpb.br

Orcid: [https://orcid.org/0000-0001-6621-
1861](https://orcid.org/0000-0001-6621-1861)

Angela Cristina Alves Albino

Doutora em Educação

Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

E-mail: angela.educ@gmail.com

Orcid: [https://orcid.org/0000-0003-2452-
1444](https://orcid.org/0000-0003-2452-1444)

Como citar este artigo:

RODRIGUES, A. C. S.; ALVES ALBINO, A. C. POLÍTICAS CURRICULARES EM TEMPOS NEGACIONISTAS: atuações, enfrentamentos e desafios. Revista Espaço do Currículo, v. 14, n. 1, p. 1-8, 18 abr. 2021. ISSN2177-2886. DOI: [https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-
1579.2021v14n1.59121](https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.59121).

Abstract: The text presents articles organized from reflections, challenges, resignifications on curricular policies acted in negationist times. The initial indication on the centrality of the curriculum in the neoconservative and neoliberal context guide the discussions of the authors on the possibilities of Inclusive Curricula, Epistemic Violence, Brazilian Identity, Decolonial Perspectives, Ethnoconstitutive Theory, Evaluative Policies, Curricular Centralization, Daily Life of Physical Education Teaching, Education of Youth and Adults in pandemic times, Jazz and Cinema as possibilities of new curricular arrangements, Reform of High School, National Homogenization Policy – several looks at the Common National Curriculum Base, in addition to the essay on the Occupation of Remote Education for Didactic-Curricular Dynamicization. It is expected that the texts gathered here contribute to the debate on (neo)conservative curricular policies and their ways of coping.

Keywords: Curriculum Policies. Neoconservatism. Neoliberalism.

Resumem: El texto presenta artículos organizados a partir de reflexiones, desafíos, dimisiones sobre políticas curriculares que actúan en tiempos negacionistas. La indicación inicial sobre la centralidad del currículo en el contexto neoconservador y neoliberal guía los debates de los autores sobre las posibilidades de los currículos inclusivos, la violencia epistémica, la identidad brasileña, las perspectivas decoloniales, la teoría etnoconstitutiva, las políticas evaluativas, la centralización curricular, la vida cotidiana de la enseñanza de la educación física, la educación de la juventud y los adultos en tiempos pandémicos, el jazz y el cine como posibilidades de nuevos arreglos curriculares, la reforma de la escuela secundaria, Política Nacional de Homogeneización – varios examinan la Base Curricular Nacional Común, además del ensayo sobre la ocupación de la educación remota para la dinámica didáctica-curricular. Se espera que los textos aquí reunidos contribuyan al debate sobre las políticas curriculares (neoconservadoras) conservadoras y sus formas de hacer frente.

Palavras-clave: Políticas curriculares. Neoconservadrez. Neoliberalismo.

O Dossiê: “POLÍTICAS CURRICULARES E AS INOVAÇÕES (NEO)CONSERVADORAS: (trans)bordamentos, desafios e ressignificações” é fruto da realização do IX Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares, realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Curriculares – GEPPC. Em 2020, o evento aconteceu excepcionalmente no formato on-line em virtude da pandemia provocada pelo vírus da covid 19.

Os eventos parceiros, como em edições anteriores, agregaram-se ao Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas (CCHSA/UFPB), como: o IV Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas e II Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo.

No contexto neoconservador, o currículo toma a feição de uma espécie de janela do mundo, responsável por conduzir os interesses dos grupos que tentam, incansavelmente, estabelecer o que deve ou não ser aprendido e ensinado, utilizando-o como instrumento imprescindível aos inúmeros usos políticos. O discurso propagado e disseminado é que as instituições educacionais enfrentam uma grave crise e que se faz necessário uma intervenção/reformas para adequá-las às novas demandas que a sociedade exige.

Para atender a tais interesses, inúmeras reformas foram realizadas em vários países com o intuito de fazer prevalecer as perspectivas econômicas dos capitalistas em detrimento das sociais na educação. Os ditames privatistas das organizações sem fins lucrativos se vincularam aos direcionamentos dos grupos conservadores e, juntos, têm conduzido o estabelecimento de novos valores mercadológicos de adestramento e adaptações aos ditames neoliberal.

Os argumentos utilizados pelos “reformadores” partem dos resultados de testes educacionais, avaliações e comparações advindas de instrumentos de medição elaborados por políticas educacionais, criadas com fins de eviscerar os problemas existentes no ensino público e consensuar um novo sentido para a educação como bem privado. A narrativa estabelecida se agrega às péssimas condições de trabalho, à precariedade da infraestrutura das escolas e a desvalorização dos professores o que corrobora com a instituição de um novo senso comum pedagógico (LAVAL, 2019). Tal contexto discursivo, caracterizado pela introdução de princípios neoliberais como competitividade, competência,

produtividade, empreendedorismo, projeto de vida, protagonismo.

No caso brasileiro, bem como no contexto internacional, o populismo autoritário busca desenhar as formas de *saber-poder* pela lógica de produção/mercado. A tradição e um discurso saudosista anuncia que, a ordem e a “moral”, precisam ser recuperadas para o equilíbrio das nações. Há um chamado a uma visão romantizada e estandardizada do currículo. As competências tornam-se o eixo regulador da política nacional.

Na edição de 2020 tivemos seis GTs, conferências, mesas redondas e momentos culturais. Contamos com produções relevantes, articuladas com a temática: POLÍTICAS CURRICULARES E INOVAÇÕES NEOCONSERVADORAS, bem como nos dispusemos a pensar os desafios frente às lutas em favor de uma educação pública, gratuita e socialmente comprometida com o desenvolvimento do país. Os GTs contemplaram toda a Educação Básica, além de espaços específicos envolvendo as questões complexas do currículo como: diferença, formação docente, espaços não-escolares, ensino religioso, Educação do campo, gestão, tecnologias, ensino superior e diversidade epistemológica.

O objetivo do Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas Curriculares - GEPPC, na realização do evento, foi dar continuidade ao processo de comprometimento com o campo das políticas do currículo, a partir de critérios mais aperfeiçoados que pudessem, gradativamente, valorizar a pesquisa, tanto na sua socialização quanto na sua densidade teórica. As escolas sempre desenharam seu currículo, mesmo resistindo aos cânones da compreensão científica, bem como às constantes mudanças provocadas pelos modernizadores econômicos.

O tema do colóquio, que impulsiona a constituição deste dossiê, advém do contexto de produção das políticas do currículo. Tal contexto, chama nossa atenção quanto aos processos considerados inovadores, sobretudo, quando propaga na mídia, uma ideia de currículo nacional. Michael Apple (2003) nos encaminha para um entendimento da guinada da educação à direita, uma espécie de “modernização conservadora”. Esse processo agrega quatro grupos fundamentais: os neoliberais, os neoconservadores, os populistas autoritários e, por fim, a nova classe média de gerentes e profissionais qualificados. Para Apple (2003, p.21) o principal paradigma político/econômico do nosso tempo é o neoliberalismo. Os defensores dessa forma de organização política atribuem a ineficiência dos modelos educacionais à perda da produtividade econômica, pobreza e desemprego.

Outro elemento importante que Michael Apple (2003, p.57) destaca e nos reporta ao caso brasileiro, refere-se às alianças praticadas com os neoconservadores. A bancada religiosa (direita cristã) busca seu espaço e reivindica apela aos valores e preceitos bíblicos como fundamentos reguladores para pensar a educação nacional. A educação pública é colocada como representação da “decadência moral”. Não à toa que a universidade foi desenhada como espaço de perversão sexual e verdadeiro “antro” de maconheiros. Os professores desenhados como comunistas militantes que não ensinam o que é fundamental. Assim, a moralidade autoritária chama os significantes da família, igreja, decência, a compor uma ideia nacional de saber-poder.

Nesse processo de modernização conservadora, ainda temos o suporte midiático e as fundações, com destaque, no Brasil, para a Lemann quanto à designação de um currículo nacional pautado em competências e critérios de eficiência e rentabilidade do mundo corporativo. No entendimento de Apple (2003, p.68), apesar de nem sempre estarem vinculados às agendas conservadoras, os “gerentes” irão atuar no campo estratégico de avaliação e controle de qualidade, via lógica mercantil e objetificada de pensar as relações de conhecimento.

Essa ofensiva neoliberal tem atuado em diferentes frentes para garantir a introdução da lógica individualista de concorrência na escola: organizam-se através de redes transnacionais de influência que passam a empreender políticas e transforma a educação em um grande negócio (BALL, MAGUIRE e BRAUN, 2016). Os mobilizadores das políticas através de “práticas aparentemente banais” promovem o estabelecimento de um novo senso comum pedagógico (FÁVERO, TREVISOL, 2020), onde o “conhecimento se caracteriza como produto, pelo aprendizado por toda a vida, pela formação por competências e habilidade e pela ideologia profissionalizante” (p.15).

Para Silva, Nascimento e Rodrigues (2018), Rodrigues (2019), Honorato, Albino e Rodrigues (2019), Rodrigues e Honorato (2020), ao estudarem o currículo e as redes que se constituíram para articular o Programa Escola Cidadã Integral na Paraíba, as influências neoconservadoras e neoliberais são evidentes e marcadas por múltiplos atores, nacionais e internacionais, que, através de parcerias entre o estado e as instituições sociais, tem definido o que deve ou não ser estudado. Disseminando valores e concepções, com o intuito de investir e fazer negócios, defendem a criação de um novo profissional pronto para atender as demandas do mercado.

Não podemos desconsiderar, também, que atreladas às políticas e ao novo senso comum pedagógico, estamos sofrendo as consequências do período pandêmico estabelecido no Brasil a partir de 18 de março de 2020. Durante mais de um ano, diariamente, acompanhamos as consequências deste período nefasto. Se não bastasse o crescimento da taxa de mortalidade, a crise econômica, a fome entre as populações mais carentes, o desemprego, as *fake news*, o negacionismo, ausências de políticas redistributivas para os mais pobres e a precarização do trabalho docente, convivemos com os desmandos de um governo que nega todos os dias a doença, cria factóides, propaga curas milagrosas, desacredita a ciências e ainda aproveita para “deixar a boiada passar”, principalmente no ministério da educação e meio ambiente.

Como podemos observar, vivenciamos no Brasil uma realidade que para alguns só pode ser considerada distópica, frente ao caráter extremista e deslocado de sentidos racionais de existência e por isso indagamos: que (trans)bordamentos, desafios e significações são possíveis às políticas educacionais em contraposição às inovações (neo)conservadoras? A tentativa de reflexão sobre esta questão encontra-se nos textos desenvolvidos pelos palestrantes convidados, a partir de suas pesquisas no campo do currículo.

O professor Eric Plaisance foi um dos conferencistas da edição do Colóquio em 2020. Ele é professor emérito da Universidade Paris Descartes (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Sorbonne). Sociólogo, membro do Centro de Pesquisa em Vínculos Sociais (CERLIS, Unidade de Pesquisa Conjunta, Universidade Paris Descartes Centro Nacional de la Recherche Scientifique. O artigo intitulado: *Um Currículo Inclusivo é possível?* traz algumas análises sobre a compreensão da inclusão na primeira infância, no contexto europeu. O autor problematiza a banalização da inclusão, mas destaca a originalidade da ampliação do termo no contexto brasileiro. Destaca o contexto da pandemia e questiona como abordar a inclusão com professores e gestores. Finaliza ressaltando a importância das significações da educação inclusiva, não como um algo estático ou possível de ser concedido, mas que precisa ser construída e reivindicada como processo permanente, de produção curricular.

O Artigo *Redes políticas que influenciaram a elaboração da BNCC para o Ensino Médio: naturalização da filantropia e mercantilização do ensino público* com autoria de Anne Karoline Cantalice Sena, Ângela Cristina Alves Albino, Ana Cláudia da Silva, analisa as redes políticas que influenciaram a elaboração, a aprovação e a atuação da BNCC para o Ensino Médio. A disposição metodológica de análise se apoia em Ball (1994) em que, as autoras verificam que, os contextos de elaboração, aprovação e efetivação da BNCC do Ensino Médio foram permeados por discursos neoliberais com forte apelo filantrópico e mercadológico, provenientes das agências nacionais e internacionais que utilizam mecanismos para manter sua atuação, como seminários e congressos anuais, em que se discute sobre as ações para a educação do país.

O texto *Irrupção para a Universidade Curricular de Violência Epistemática: Transignificar a formação de professores a partir de parcelas decoloniais* de José Gregorio Lemus Maestre trata do processo desconstrutivo de violência epistêmica na universidade venezuelana, que data de um processo curricular obsoleto em transição de renovação, sem mudanças epistêmicas na visão eurocêntrica, contornadora, opressora e alienante. O objetivo consistiu em analisar a violência epistêmica curricular universitária no âmbito da formação de professores. A partir da desconstrução realizada através do transmetodo rizomático transcomplexo na transmodernidade. Discute durante o texto a importância dos estudos decoloniais por estes contribuírem para a subversão ao colonizador, “de romper os laços, de deixar o silêncio e nos capacitar com nossas línguas, identidades, culturas, gentílico, histórias, riquezas naturais, modos produtivos, valores sociais entre outros elementos que nos caracterizam como seres latino-

americanos” (p.12). Conclui convidando os pesquisadores da universidade para enveredarem pelos estudos descoloniais por estes possibilitarem uma ressignificação do currículo e das práticas de treinamento na (com) formação de professores.

A recontextualização da BNCC no território de Santa Catarina foi a temática, na qual se debruçou, o autor Juarez Thiesen com o título *Políticas Curriculares de Educação Básica: recontextualização da BNCC no território de Santa Catarina*. Ele faz uma breve análise da política curricular brasileira e catarinense, ambas vistas como alinhadas aos discursos internacionalizados de uma agenda transnacional reformista; a mobilização do pensamento internacional privatista na produção da BNCC no Brasil, e finalmente aspectos da recontextualização dos textos da BNCC no território catarinense. Ao final, afirma em sua análise que Santa Catarina faz eficientemente sua tarefa institucional/normativa, acolhendo a lógica da política curricular nacional, com alguma manifestação de crítica e resistência oriundas especialmente dos espaços da academia e sindical.

Outra produção relevante apresentada no Colóquio com foco na BNCC está organizada no texto de Rosanne Evangelista Dias, que intitula o artigo: *BNCC no contexto de disputas: implicações para a docência*. Ela situa o contexto de disputas que marca a produção da Base Nacional Comum Curricular – BNCC para a educação básica e suas implicações para a docência. Ela se apoia na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, para interpretar os sentidos que produzem implicações na docência em sua formação inicial e continuada tendo como foco o significante base, bem como as articulações que são produzidas em torno dela.

O artigo de Fernanda de Paula Gomides e Luiz de Sousa Júnior intitulado: *Reforma do Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular: estudo entre São Paulo e Paraíba* analisa os percursos iniciais de implementação da proposta curricular no estado da Paraíba em comparação com a formulação já finalizada do estado de São Paulo. Toma como orientação teórica autores como Apple e Gramsci. Destaca o sentido da disputa de hegemonia no campo das reformas educativas a partir das relações de poder na formação do currículo, bem como as influências que o pensamento neoliberal imprime nessas reformas. Na comparação, destacaram a diferença na formulação do currículo, apesar de uma base de caráter nacional, com diferenças de enfoque, em que o estado de São Paulo assume uma diretriz marcadamente gerencialista, ao tempo em que o estado da Paraíba ainda sustenta uma visão mais plural de currículo.

No intervalo descritivo deste dossiê, aproveitamos para prestar nossa sincera e justa homenagem ao professor **Luiz de Sousa Júnior (in memoriam)** que, sempre esteve conosco nas edições do Colóquio Internacional de Currículo. Como professor da Universidade Federal da Paraíba deu grandes contribuições, sobretudo nos estudos concernentes às políticas educacionais. Suas análises críticas ajudaram a pensar a feição de um Estado democrático e de direito, na garantia de uma educação pública referenciada e de qualidade. Ele, um crítico do neofascismo, foi também vítima da covid 19 e do descaso político e da descartabilidade humana que assola o Brasil. Em seus últimos dias, antes de entrar na UTI, declarou em redes sociais a preocupação com a pandemia, a desorganização política para enfrentar o vírus e destacou um pedido de vacina. Nossa gratidão ao professor.

A autora Rita Frangella problematiza em seu artigo *O que se disputa na/com a Base Nacional Comum Curricular*. Ela examina o contexto de produção da Base Nacional Comum Curricular pondo em discussão elementos destacados como marcos simbólicos das mudanças que a BNCC traz para a educação. A narrativa construída assume um tom de acordo consensual que oblitera as disputas em torno dos pontos postos em destaque. Lança mão da perspectiva discursiva pós-estruturalista e indica que essas disputas não cessaram, no entendimento da política como processo de significação contingente, o que implica em lê-la como fechamento provisório, abertura à negociação.

Os pesquisadores Ana Cristina Silva Daxenberger e Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho apresentam em seu manuscrito intitulado *Redescobrimo a Identidade Brasileira: a introdução da disciplina Educação das relações Étnico raciais na formação de graduandos* os resultados dos estudos sobre os desafios e as possibilidades de inserção dos conteúdos associados às relações étnico raciais nos currículos de ensino superior de um campus agrário de uma instituição pública que ofertam os cursos de Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Bacharelados e Licenciaturas de Biologia e Química. Após realização da

pesquisa destacam que a inserção da temática no currículo pode contribuir com a formação dos futuros profissionais uma vez que possibilita uma reflexão crítica sobre a história do Brasil. Porém, reconhecem que a inclusão destas temáticas, orientadas pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, altera a dinâmica social e proporcionam embates políticos que contribuem para novas relações sociais no cotidiano.

O texto escrito pelos pesquisadores Roberto Sidnei Macedo e Cristiana Ferreira, intitulado *A Teoria Etnoconstitutiva de Currículo e a Construção por Professores Municipais do “Referencial Curricular Franciscano”*, apresenta o processo de construção do Referencial Curricular Franciscano (RCF), a partir da Teoria Etnoconstitutiva do Currículo que balizam os estudos do grupo de pesquisa FORMACCE PPGE-FACED-UFBA. Para contribuir com as discussões conceituais recorrem as concepções de “atos de currículo, autorização curricular, com-versações curriculares, mediação curricular intercristica e instituintes culturais da formação, debatidas e ressignificadas pelo coletivo de professores(as) municipais”. Ressaltam que o trabalho desenvolvido para organização do referencial, organizado coletivamente, foi um importante momento de formação continuada a partir de uma perspectiva *formacional nômade*. Convidamos para leitura do texto, visto que este representa um momento significativo de construção coletiva de uma proposta curricular que se materializa em política municipal com fins de transformação social.

No texto de Luciana Leandro da Silva e Carlos Augusto de Medeiros, intitulado *Políticas de Avaliação e Currículo Diante do Avanço Neoconservado: reflexões a partir de duas realidades*, encontramos reflexões a partir de uma pesquisa desenvolvida considerando os municípios de Campina Grande-PB e de Pelotas-RS, sobre as repercussões da Prova Brasil no currículo e no trabalho docente. Considerando as atuações das avaliações externas e as políticas de cunho gerencial, os autores contataram a ampliação da participação ativa de atores do setor privado nas políticas públicas, destacando a Fundação Lemann como uma das principais organizações que têm investido na formação continuada reduzindo os espaços de autonomia e colocando entraves para a consolidação da gestão democrática nas escolas.

William de Goes Ribeiro e Sheila Aparecida da Mota Pereira no texto, *A Lei e a Ordem: efeitos de sentidos reacionários e conservadores para o currículo*, nos apresentam as demandas e disputas por diferentes concepções teórico-metodológicas da pesquisa em educação e como estão presentes nos estudos sobre currículo. Para realização das análises partem da compreensão de currículo como “uma prática cultural sempre ambivalente, em que “o mesmo e o Outro” são integradamente articulados na própria luta pela significação”. O texto evidencia, principalmente, o contexto atual onde se destacam as propostas de cunho reacionário e conservador, representadas nos três Projetos de Lei investigados, que compreendem: “ensino religioso como solução para os problemas da educação; o criacionismo como conteúdo de ensino nas escolas; a criminalização dos docentes por assédio ideológico” (p.01). Concluem destacando a necessidade de compreender os contextos que tornam possíveis a defesa e o desejo por uma centralização curricular que os projetos de lei representam.

A principal política de homogeneização curricular no Brasil é o objeto de estudo do artigo *Base Nacional comum curricular para Educação Infantil: projeto de construção e concepções norteadoras* de autoria de Ivanilda Dantas de Oliveira e Adelaide Alves Dias. No texto, as autoras analisam como foi elaborada, discutida e homologada a BNCC e que concepções nortearam sua construção. Destacam o papel assumido pelo ideário neoliberal nas políticas educacionais, evidenciando as correlações de forças entre concepções distintas de educação e currículo. Finalizam ressaltando a lógica prescritiva dos objetivos de aprendizagem e defendendo a participação efetiva dos que pensam/fazem as instituições educativas para a elaboração de um projeto pedagógico em torno dos interesses e necessidades das crianças.

No texto *Currículo como Jazz: Pressupostos, Perspectivas e Fronteiras de/para uma Jam Session Inclusiva e Interdisciplinar* Maristela Mosca apresenta os pressupostos e implicações metodológicas de uma proposta curricular pedagógico-musical inclusiva e multidisciplinar que considere a dialogicidade como fundamento no ensino de música em uma escola básica. A partir do conceito de *Jam Session* convida o leitor a compreender a experiência coletiva, como um espaço de aprendizagem social a partir do cultivo da individualidade musical. Para a autora um Currículo como Jazz, se “(re)descobre e (re)escreve a cada momento, se mantém em movimento” e possibilita a construção de novas identidades.

Desdobramentos formativos da Proposta Curricular de Educação Infantil da Paraíba a partir da BNCC é o texto de Fernanda de Lourdes Almeida Leal. O objetivo da autora foi problematizar a relação entre a construção da Proposta Curricular do Estado da Paraíba - com ênfase na etapa da Educação Infantil - e os efeitos formativos observados após sua aprovação. Destaca a formação em processo dos elaboradores/redatores da proposta curricular e enfatiza: 1) o registro dos campos de experiência; e, 2) a matriz curricular, como elementos centrais observados na construção da proposta curricular. Finaliza ressaltando a estreita relação entre currículo e formação e que esta revela um caminho profícuo no debate que envolve questões curriculares mais amplas.

O cotidiano apreendido a partir das práticas pedagógicas nas aulas de Educação Física foi o objeto de estudo do texto *Políticas Educacionais dos/nos Cotidianos do Ensino da Educação Física* de autoria de Diego Ubiratan Bezerra da Luz e de Inês Barbosa de Oliveira. Destaca a luta contra as tendências hegemônicas a partir das discussões empreendidas pelos que defendem um currículo multicultural. Questiona as tentativas de homogeneização dos sujeitos através de políticas que defendem a criação de personalidades únicas. Enfatiza que a neutralidade e o neoliberalismo são os dois pilares sustentadores das organizações privatistas que direcionam as políticas curriculares no país. Finalizam questionando “quem se beneficia com essa política que incentiva o ódio na sociedade e uma neutralidade educacional, com o intuito de reduzi-la a decisões imparciais”.

As práticas curriculares da Educação de Jovens e Adultos foram refletidas no artigo *Políticas e Práticas Curriculares na Educação de Jovens e Adultos: Século XX à Pandemia da Covid-19*, de autoria de Eduardo Jorge Lopes Silva. Alicerçado em documentos legais e em autores como Paulo Freire (1958; 2002a; 2002b; 2005), Paiva (2003), Silva (2005; 2008; 2011; 2017; 2018), o autor constata o quanto a EJA, uma das modalidades da educação básica nacional, tem vivenciado poucos avanços no cenário das políticas públicas e curriculares.

No ensaio *Pedagogia da Ruptura: ocupando as margens do ensino remoto para dinamização didático-curricular*, o autor José Leonardo Rolim de Lima Severo questiona o cenário de práticas pedagógicas desenvolvidas durante o ensino remoto. A partir da observação das contradições envolvidas no processo de implementação, que evidenciaram o ensino remoto como estratégia possível para enfrentamento da pandemia da Covid-19 pelos sistemas de ensino, e contraditoriamente revelaram os riscos advindos do reforço de um *ethos* didático-curricular individualizante, prescritivo e padronizador, o autor compreende a emergência do período pandêmico, porém “defende a legitimidade da escola como espaço de formação de sociabilidades plurais que demandam a presença como dispositivo de aprendizagem”(p.1).

O artigo *A Produção de Currículos Multiculturais e Decoloniais no Curso de Pedagogia pelo Cinema Negro de Zózimo Bulbul* é o texto escrito por Fabio Jose Paz Rosa. Nele, o autor, aborda a desconstrução do conhecimento através do cinema negro de Zózimo Bulbul. Considerando os estudos desenvolvidos a partir do Paradigma Multicultural e das Pedagogias decoloniais convida aos docentes e discentes participantes da pesquisa a reescreverem suas histórias a partir de novos paradigmas. Finaliza evidenciando “a construção de conhecimentos propiciados pelas inter-relações corpóreas, estéticas e históricas do filme com as percepções e vivências dos graduandos” (p.01).

Para Áurea de Carvalho Costa a concepção curricular basilar do projeto Escola sem Partido pode impactar nas abordagens dos objetos de conhecimento, na sala de aula, em diferentes componentes curriculares. Por isso, sistematiza no artigo *Prospecção dos Efeitos do Projeto “Escola Sem Partido” em Componentes Curriculares do Ensino Básico*, as ideias presentes nos textos nacionais que evidenciam o debate acadêmico, social, político e filosófico e suas consequências pedagógicas sobre a seleção e a organização dos conteúdos na sala de aula. Mesmo compreendendo que o Projeto de Lei não está em discussão na atualidade as concepções evidenciadas no documento estão presentes em outros textos, com novas implicações para prática pedagógica e a formação de professores, visto que as premissas são as mesmas e oscilam entre a concepção tradicional e ampliada de currículo, de maneira casuística, impactando de forma, antes proibitiva, do que propositiva.

O ensino da Arte e a Educação para as Relações Étnico-Raciais é o foco de estudo do texto

Encontros com Professoras (es): Ensino da Arte para as Relações Étnico-raciais na Educação Infantil de Margarete Sacht Góes e Tatiana Gomes Rosa. No manuscrito, as autoras discutem a formação de professoras(es) que trabalham com a Educação Infantil e refletem sobre a história e a atualidade das crianças negras. A base teórica se apoia nos conhecimentos que possibilitem a afirmação e a representatividade das identidades negras. Finalizam evidenciando a escola como lócus de reflexão para a promoção de ações pedagógicas que permitam (re)pensar os caminhos para a equidade. Suas análises contribuem para pensar novos (trans)bordamentos curriculares em tempos de políticas (neo)conservadoras.

Esperamos que os textos aqui reunidos contribuam para o debate sobre as políticas curriculares (neo)conservadoras e suas formas de enfrentamento. Convidamos a leitura dos textos e desejamos uma profícua experiência que promova novas significações!

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

FÁVERO, Altair Alberto; TREVISOL, Marcio Giust. Quando a educação se torna um negócio: ideologia neoliberal na educação e a cristalização do novo senso comum pedagógico. **Educação Unisinos**, v.24, 2020.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ata que ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

HONORATO, Rafael Ferreira Souza; RODRIGUES, Ana Claudia da Silva.; ALBINO, Angela Cristina Alves. Educação Integral no Sistema Socioeducativo: o currículo como redes de significações discursivas. **Teias** (Rio de Janeiro), v. 20, 2019. p. 334-350. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2019.47463>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/29313>.

RODRIGUES, A. C. S. Escola Cidadã Integral: proposições curriculares para jovens do Ensino Médio. **Revista Espaço do Currículo**, v. 12, n. 1, jan./abr. 2019. p. 139-152. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2019v12n1.41984>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2019v12n1.41984>.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; HONORATO, Rafael Ferreira de Souza. Redes de política de educação integral da Paraíba: fluxos e influências neoconservadoras e neoliberais. **Roteiro**, [S. l.], v. 45, p. 1-32, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.21782. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21782>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SILVA, Arthur Carlos; NASCIMENTO, Ana Iris do Nascimento; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. Relatos de pesquisa em Educação de Tempo Integral: desafios para a efetivação de uma proposta freireana. In: LOPES, Eduardo Jorge; AMORIM, Roseana Maria do (org.). **Paulo Freire: culturas, ética e subjetividade no ensinar e aprender**. 1. ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. p. 175-198.



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).